

QUALIDADE DA AUDITORIA INDEPENDENTE: Um Estudo do Julgamento da Adoção do CPC 27 nas Companhias do Setor Industrial Listadas na Bm&F Bovespa.

Julia Karoline de Abreu¹

José Emerson Firmino²

RESUMO

A auditoria é responsável por atribuir confiabilidade às demonstrações contábeis das empresas, constituindo como um instrumento importante para os usuários dessas informações. A qualidade dos seus serviços vem sendo questionada, devido aos escândalos dos últimos anos, que envolveram grandes corporações em todo o mundo. No Brasil, simultaneamente a este contexto, os auditores são considerados importantes no processo de adoção às Normas Internacionais de Contabilidade. Diante desse cenário, têm-se a seguinte problemática: **As empresas de auditoria Big Four possuem qualidade uniforme em seus relatórios de auditoria independente, baseando-se no critério de técnico de seu julgamento, quanto à adoção adequada ao CPC 27 pelas companhias abertas brasileiras?** O objetivo consiste em verificar a qualidade da opinião emitida nos relatórios dos Auditores Independentes, com base na adoção adequada, pelas companhias abertas brasileiras quanto à Deliberação CVM nº 583/09. O estudo foi realizado nas empresas do setor industrial listadas no site da BM&F Bovespa, sendo analisados os valores apresentados nos relatórios contábeis, *disclosure* em notas explicativas e relatório dos auditores independentes, referente aos anos de 2011 e 2012, apresentando como principal resultado a inexistência de uniformidade da qualidade nos relatórios dos auditores independentes, pautado na adoção ao CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Palavras-Chave: Qualidade da auditoria. CPC 27. *Disclosure*.

QUALITY OF THE INDEPENDENT AUDITING: a study of the adoption trial of CPC 27 in the industrial sector companies listed in the BM&F Bovespa.

ABSTRACT

The auditing is responsible for assigning reliability to companies accounting demonstrations, constituting as an important instrument for the users of this information. The quality of their services has been questioned, due to last year's

¹ Acadêmica do curso de Especialização em Auditoria e Perícia Contábil do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN, graduado em Ciências Contábeis na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN. E-mail: jkarolineabreu@hotmail.com

² Professor orientador do Curso de Especialização em Auditoria e Perícia Contábil do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN, Mestre em Ciências Contábeis – UNB/UFPB/UFRN. E-mail: emerson@cassaauditores.com.br

scandal, which involved great corporations all over the world. In Brazil, simultaneously in this context, auditors are considered important in the adoption to the International Accountancy Norms adoption process. The following problem exists in sight of this scenario: **Does the *Big Four* auditing companies possess uniform quality in their independent auditing reports, based on the technical standard of its trial, in relation to the adequate adoption of the CPC 27 by the Brazilian open companies?** The objective consists of verifying the quality of opinion issued on the reports of the independent auditors, based on the adequate adoption as to CVM nº 583/09 by the Brazilian open companies. The study was performed in the companies of listed industrial sector in the BM & F Bovespa website, the amounts presented in the accounting reports, *disclosure* in notes and independent auditors' report, for the period between 2011 and 2012, presenting the main result of the lack of quality uniformity in the reports of the independent auditors, based on the adoption of CPC 27 - Fixed Assets.

Key words: Quality of the auditing. CPC 27. *Disclosure*

1 INTRODUÇÃO

Após escândalos, nos últimos anos, que envolveram grandes companhias como a Enron, nos Estados Unidos, a Parmalat, na Itália, e o Banco Panamericano, no Brasil, bem como as grandes firmas que as auditavam, muito se discute sobre a qualidade dos serviços realizados pelos auditores.

Com a globalização no mundo dos negócios aumentou a busca por informações confiáveis que possam auxiliar os usuários em suas decisões. Assim, segundo Firmino, Damacena e Paulo (2010, p. 43) afirmam que:

O desenvolvimento das atividades executadas pelos auditores é crucial para a emissão de uma opinião profissional sobre a qualidade das informações contábeis fornecidas aos interessados na realidade econômica e financeira das empresas. Mesmo sujeita a aspectos subjetivos, notadamente na visão de um usuário da informação é de que a opinião da auditoria expressa confiança da realidade econômica e financeira da empresa auditada.

Em 2009, em meio ao processo de adequação da contabilidade brasileira às IFRS, a Comissão de Valores Mobiliários, através da Deliberação nº 583, aprova e torna obrigatório a adoção do CPC 27 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis pelas companhias abertas brasileiras. Este pronunciamento objetiva estabelecer tratamento contábil para os investimentos em ativo imobilizado, considerando o reconhecimento, a determinação de valores contábeis e de depreciação, bem como, de perdas por desvalorização.

Nesse contexto, esta pesquisa tem como problemática: **As empresas de auditoria Big Four possuem qualidade uniforme, em seus relatórios de auditoria independente, baseando-se no critério de técnico de seu julgamento, quanto à adoção adequada ao CPC 27 pelas companhias abertas brasileiras?** O objetivo consiste em verificar a qualidade da opinião emitida nos relatórios dos Auditores Independentes, com base na adoção adequada, pelas companhias abertas brasileiras à Deliberação CVM nº 583/09.

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou como amostra as companhias abertas brasileiras do setor industrial listadas no site da BM&F Bovespa, em virtude da representatividade do setor para a economia, representando 27,5% em 2011 e 26,3% em 2012, conforme o IBGE (2013, p. 195), e ser característico deste setor realizar grandes investimentos em ativo imobilizado.

Na próxima sessão será feita uma abordagem breve sobre a auditoria, a qualidade da auditoria e o CPC 27. Em seguida, serão expostas a metodologia adotada neste trabalho e a descrição da análise dos principais resultados alcançados. Por fim, serão expostas as conclusões sobre as evidências encontradas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AUDITORIA

Segundo a American Accounting Association – AAA (1972, p.18) apud Dantas (2012, p. 10), a auditoria pode ser definida como:

A auditoria é um processo sistemático de obtenção e avaliação objetivas de evidências sobre afirmações a respeito de ações e eventos econômicos, para aquilatação do grau de correspondência entre as afirmações e critérios estabelecidos, e de comunicação dos resultados a usuários interessados.

A auditoria independente torna-se importante para os usuários das informações contábeis por expor uma avaliação de um especialista externo e de atuação independente à empresa auditada. O relatório emitido por este profissional sobre as demonstrações contábeis pode ser empregado pelos investidores, financiadores, fisco e demais interessados na referida empresa, na análise de informações que contribuirão na tomada de decisões. (SANTOS et al. 2013, p. 33)

A auditoria empresarial teve seu início em meados do século XIX com o advento da Revolução Industrial. Com o aumento da produção, do faturamento e das negociações financeiras, houve a necessidade de empregar maior transparência e confiabilidade às demonstrações contábeis produzidas pelas empresas. (BOYNTON et al, 2002 apud VELOZO et al, 2013, p. 56)

Segundo o estudo de Ricardino e Carvalho (2004, p. 22-34), no Brasil, a atividade da auditoria é desenvolvida há cerca de um século, tendo início nos estatutos das companhias estrangeiras, especialmente as inglesas, estabelecidas no país após a segunda metade do século XIX. A partir de 1965, com a finalidade de regular a atuação no mercado de capitais, foram implementados os primeiros dispositivos legais.

Ainda, conforme os autores supracitados, com a necessidade de trazer recursos para o mercado de ações, o governo brasileiro adotou várias medidas institucionais, como em 1976, com a criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia responsável por registrar e fiscalizar os Auditores Independentes, dando-lhes a competência para a realização dos seus trabalhos em sociedades anônimas, corretoras e negociadoras de valores mobiliários. A aprovação da Lei 6.404, Lei das Sociedades por Ações, no mesmo ano, tornou obrigatória a auditoria independente para as Sociedades e as demonstrações contábeis de grupos que incluem sociedades. Em 1981, o Conselho Federal de Contabilidade, aprova as Normas Brasileiras de Contabilidade, através da Resolução CFC nº 529/81 e os Princípios Fundamentais de Contabilidade (Norma NBC T 1), pela Resolução CFC nº 530/81, e em 1997, por meio da Resolução 829, aprovou a NBC T 11, que dispunha sobre os Padrões para a Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis.

O ensino dos conceitos e técnicas da auditoria foi introduzido formalmente em nosso país através do Decreto-Lei nº 7.988/45, que dispunha sobre o ensino superior de Ciências Econômicas e Contábeis e Atuariais. Este instrumento trazia a denominação da disciplina como “Revisões e Perícia Contábil” e não com “Auditoria”, em virtude do xenofobismo da época. Essa denominação somente veio a ser utilizada em 1963, por meio da aprovação da Resolução S/N, que objetivava fixar o currículo mínimo e a duração dos cursos de Ciências Atuariais, Ciências

Contábeis e Ciências Econômicas, incluindo a disciplina “Auditoria e Análise de Balanços”. (RICARDINO e CARVALHO, 2004, p. 28 e 29)

Assim, em consonância com Ricardino e Carvalho (2004, p. 22-34), a partir da década de sessenta, a produção literária sobre o tema ganhou força, tornando público um grande número de estudos e obras nacionais e internacionais, assim como, o exercício da auditoria e o ensino acadêmico da doutrina, que vêm atingindo os seus objetivos: o de manifestar uma opinião sobre a adequação dos relatórios contábeis às normas e princípios adotados e o de transmitir aos estudantes da área os fundamentos e técnicas utilizados na profissão.

Recentemente, com o processo de convergências das Normas Brasileira de Contabilidade aos padrões internacionais, o Conselho Federal de Contabilidade, elaborou e aprovou as NBC TAs – Normas Técnicas de Auditoria Independente, de acordo com as emitidas pelo *IFAC – International Federation of Accountants (Federação Internacional dos Contadores)*, o qual é membro associado, revogando a NBCT 11.

Dentre as principais normas estão a NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria, aprovada pela Resolução CFC nº 1.203/09, a NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, validada pela Resolução CFC nº 1.231/09 e a NBC TA 705 – Modificações na Opinião do Auditor Independente, ratificada pela Resolução CFC nº 1.232/09.

A NBC TA 700 e a NBC TA 705 discorrem sobre a opinião emitida pelos auditores independentes em seus relatórios sobre as demonstrações contábeis. A primeira apresenta o tipo de opinião *sem modificações*, ou seja, quando as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. A segunda traz os tipos de opiniões emitidas, quando em circunstâncias diferentes da NBC TA 700, auditor conclui que a sua opinião necessita de modificações.

O Quadro 1 demonstra como a natureza do assunto que gerou a modificação e os seus efeitos ou possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis, influenciam no tipo de opinião expressa.

Quadro 1 – Tipos de Opiniões Com Modificações Emitidas pelos Auditores Independentes.

NATUREZA DO ASSUNTO QUE GEROU A MODIFICAÇÃO	JULGAMENTO DO AUDITOR SOBRE A DISSEMINAÇÃO DE FORMA GENERALIZADA DOS EFEITOS OU POSSÍVEIS EFEITOS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
	Relevante mas não generalizado	Relevante e generalizado
As demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes	Opinião com ressalva	Opinião adversa
Impossibilidade de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente	Opinião com ressalva	Abstenção de opinião

Fonte: NBC TA 705, 2009.

2.2 Qualidade da Auditoria

A qualidade da auditoria pode ser conceituada, segundo DeAngelo (1981, apud Costa e Moreira, 2010, p. 15) como sendo:

[...] a probabilidade do auditor detectar erros nas demonstrações financeiras do cliente e, quando os detecta, impor a respectiva correção ou, se esta não ocorre, reportá-los no relatório que emite. A probabilidade do auditor descobrir esses erros depende dos seus conhecimentos, do empenho colocado no trabalho, dos procedimentos de auditoria utilizados, da extensão da amostra, etc. A probabilidade de reportar esses erros, quando detectados, é uma medida da sua independência face ao cliente.

Na última década, após escândalos envolvendo grandes companhias como a Enron, nos Estados Unidos em 2001, que levou a dissolução da Arthur Andersen, empresa responsável por sua auditoria, da Parmalat, na Itália em 2003, e do Banco Panamericano, no Brasil em 2010, dentre outros exemplos, houve um aumento de discursões a respeito da qualidade da auditoria realizada pelas grandes empresas prestadoras deste serviço, conhecidas mundialmente como as *Big Four* e predominantes no mercado brasileiro. Esses escândalos, segundo Firmino, Damascena e Paulo (2010, p. 41) “são apoiados por omissões ou baixa qualidade nos serviços de auditorias prestados”, sendo que, em alguns casos foi constatada a participação direta de auditores na articulação de fraudes.

Segundo Velozo et al (2013, p. 60), em estudo baseado nas 100 maiores empresas brasileiras em vendas líquidas no ano de 2012, listadas no site da Revista Exame, consta que 94 destas são auditadas por uma das *Big Four*, e ainda, que nenhuma firma de auditoria *Não Big Four* foi contratada para auditar pelo menos uma das 10 empresas da amostra com vendas superiores a 10 milhões de reais.

Com a variedade de operações, administradores e investidores, visando interesses diferentes, buscam por informações contábeis e financeiras que possam

auxiliá-los na tomada de decisões, podendo ser um fator contribuinte para a redução da assimetria informacional.

Nesse sentido, Firmino, Damascena e Paulo (2010, p. 43) afirmam que:

Um melhor nível de informação reduz a assimetria e, consequentemente, pode reduzir a incerteza e conduzir o usuário para melhores decisões, aumentando a probabilidade de maior eficiência econômica. A auditoria independente entra nesse cenário como redutor da assimetria da informação.

2.3 CPC 27 – O Ativo Imobilizado

A globalização no mundo dos negócios trouxe a exigência por informações de padrões mais elevados. Assim, a Contabilidade Brasileira, no ano de 2007, passou a ser regida pela Lei 11.639, alterando vários dispositivos contábeis previstos na Lei das Sociedades Por Ações, Lei nº 6.404/76. O principal objetivo é possibilitar a harmonização das práticas contábeis brasileiras com as adotadas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Nesse sentido, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, criado pelo Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução nº 1.055/05, emite pronunciamentos denominados de CPCs, que agem como instrumentos de tradução e adaptação das Normas Internacionais de Contabilidade *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *IASB*. Dentre os quais, está o CPC 27, instrumento que trata sobre o Ativo Imobilizado, aprovado pela Deliberação CVM nº 583 de 32 de julho de 2009, correspondente ao IAS 16 e tem como objetivo:

[...] estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações. Os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos. (CPC 27, 2009, p. 2)

Este pronunciamento (CPC 27, 2009, p. 3) define os bens do ativo imobilizado da seguinte maneira:

Ativo imobilizado é o item tangível que:

- (a) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e
- (b) se espera utilizar por mais de um período.

O Setor industrial da economia tende a apresentar um maior volume de investimentos nesta classe desses ativos. Os produtos produzidos por este setor exigem máquinas e equipamentos resistentes e de alto padrão tecnológico para o seu processo produtivo, atributos que estão incluídos no seu elevado custo de aquisição. Assim, as empresas realizam grandes investimentos para sua obtenção e os classificam como ativo imobilizado, com a expectativa de proporcionar-lhes, com sua utilização, fluxos de caixa futuros.

3 METODOLOGIA

A pesquisa quanto ao objetivo é descritiva, haja vista, não ocorrer interferência do pesquisador. Este apenas descreve as características do objeto estudado. A pesquisa descritiva, de acordo com Barros (2007, p. 84) “procura descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos”.

Em relação aos procedimentos técnicos a pesquisa tem natureza bibliográfica, devido a necessidade de utilização de livros e artigos científicos, e documental, visto que foram analisados demonstrações contábeis, notas explicativas, relatórios dos auditores independentes e formulários de referência, ou seja, “documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados”. (GIL, 2002, p. 46)

Quanto a abordagem é qualitativa, posto que busca compreender um problema específico em sua profundidade, trabalhando com descrições, comparações e interpretações das informações contábeis divulgadas pelas empresas em estudo, bem como, pelos relatórios dos auditores independentes competentes.

O estudo foi realizado com base nas empresas do setor industrial listadas no site da BM&F Bovespa, devido a importância deste setor na economia do país, e no CPC 27, pela significância do grupo do imobilizado para essas empresas.

Foram analisadas as demonstrações contábeis, notas explicativas, formulários de referência e relatórios dos auditores independentes no período de 2011 e 2012, de uma amostra composta por 30 empresas correspondentes a uma população de 35 empresas listadas, sendo 02 do subsetor de comércio, 01 de

equipamentos elétricos, 10 de máquinas e equipamentos, 13 de material de transporte e 04 de serviços. As empresas foram escolhidas após a adoção de um critério de materialidade, conforme a NBC TA 320, que consiste na representatividade do ativo imobilizado de 0,25% em relação ao ativo total, no período analisado.

Na análise da qualidade da auditoria foram utilizados como referência os itens obrigatórios de divulgação contidos no CPC 27 e averiguados se foram apresentados corretamente nas notas explicativas e qual a opinião emitida pelos auditores independentes.

Para extrair o nível de evidenciação foi utilizado um indicador de *disclosure*, obtido através de uma métrica aplicada as 30 empresas. Esse indicador serve como critério para constatar situações em que pode ter ocorrido omissão de informações obrigatórias, sendo atribuído as seguintes situações: 1 – a empresa evidenciou; 2 – a empresa evidenciou, mas não atende; 3 – a empresa não evidenciou e 0 – não se aplica.

Encontra-se o nível de *disclosure* pela contagem dos itens divulgados relacionado ao total de itens aplicáveis, excluindo-se os itens não aplicáveis e os que não atendem relativos aos itens de divulgação obrigatórios contidos no CPC 27, expostos no Quadro 2.

Quadro 2 – Itens de divulgação constantes no CPC 27.

ITENS	DIVULGAÇÃO
	73 – As demonstrações contábeis devem divulgar, para cada classe de ativo imobilizado:
1	a) os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto;
2	b) os métodos de depreciação utilizados;
3	c) as vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas;
4	d) o valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas) no início e no final do período; e
	e) a conciliação do valor contábil no início e no final do período demonstrando:
5	i) adições;
6	ii) ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em um grupo classificados como mantidos para venda de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e outras baixas;
7	iii) aquisições por meio de combinações de negócios;
8	iv) aumentos ou reduções decorrentes de reavaliações nos termos dos itens 31, 39 e 40 e perdas por redução ao valor recuperável de ativos reconhecidas ou revertidas diretamente no patrimônio líquido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
9	v) provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
10	vi) reversão de perda por redução ao valor recuperável de ativos, apropriada no resultado, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
11	vii) depreciações;
12	viii) variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis da moeda funcional para a moeda de apresentação, incluindo a conversão de uma operação estrangeira para a moeda de apresentação da entidade; e
13	ix) outras alterações.
	74 – As demonstrações contábeis também devem divulgar:
14	a) a existência e os valores contábeis de ativos cuja titularidade é restrita, como os ativos imobilizados formalmente ou na essência oferecidos como garantia de obrigações e os adquiridos mediante operação de <i>leasing</i> conforme o Pronunciamento Técnico CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil;
15	b) o valor dos gastos reconhecidos no valor contábil de um item do ativo imobilizado durante a sua construção;

16	c) o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos imobilizados; e
17	d) se não for divulgada separadamente no corpo da demonstração do resultado, o valor das indenizações de terceiros por itens do ativo imobilizado que tenham sido desvalorizados, perdidos ou abandonados, incluído no resultado.
	75 – A seleção do método de depreciação e a estimativa da vida útil dos ativos são questões de julgamento. Por isso, a divulgação dos métodos adotados e das estimativas das vidas úteis ou das taxas de depreciação fornece aos usuários das demonstrações contábeis informação que lhes permite revisar as políticas selecionadas pela administração e facilita comparações com outras entidades. Por razões semelhantes, é necessário divulgar:
18	a) a depreciação, quer reconhecida no resultado, quer como parte do custo de outros ativos, durante o período; e
19	b) a depreciação acumulada no final do período.
	76 – De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a entidade deve divulgar a natureza e o efeito de uma mudança de estimativa contábil que tenha impacto no período corrente ou em períodos subsequentes. Relativamente aos ativos imobilizados, tal divulgação pode resultar de mudanças de estimativas relativas a:
20	a) valores residuais;
21	b) custos estimados de desmontagem, remoção ou restauração de itens do ativo imobilizado;
22	c) vidas úteis; e
23	d) métodos de depreciação.
24	77 – Caso os itens do ativo imobilizado sejam contabilizados a valores reavaliados, quando isso for permitido legalmente, a entidade deve divulgar, além das divulgações exigidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 46, o seguinte: (Alterado pela Revisão CPC 03)
25	c) os métodos e premissas significativos aplicados à estimativa do valor justo dos itens;
26	d) se o valor justo dos itens foi determinado diretamente a partir de preços observáveis em mercado ativo ou baseado em transações de mercado realizadas sem favorecimento entre as partes ou se foi estimado usando outras técnicas de avaliação;
27	e) para cada classe de ativo imobilizado reavaliado, o valor contábil que teria sido reconhecido se os ativos tivessem sido contabilizados de acordo com o método de custo; e
28	f) a reserva de reavaliação, indicando a mudança do período e quaisquer restrições na distribuição do saldo aos acionistas.
29	78 – De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a entidade deve divulgar informações sobre ativos imobilizados que perderam o seu valor, além das informações exigidas no item 73(e)(iv)-(vi).
	79 – Os usuários das demonstrações contábeis também podem entender que as informações seguintes são relevantes para as suas necessidades:
30	a) o valor contábil do ativo imobilizado que esteja temporariamente ocioso;
31	b) o valor contábil bruto de qualquer ativo imobilizado totalmente depreciado que ainda esteja em operação;
32	c) o valor contábil de ativos imobilizados retirados de uso ativo e não classificados como mantidos para venda de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada; e
33	d) o valor justo do ativo imobilizado quando este for materialmente diferente do valor contábil apurado pelo método do custo.

Fonte: CPC nº 27, 2009.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A princípio, serão apresentadas nas Tabelas 1 e 2, a composição do mercado de auditoria nas empresas integrantes do setor industrial e os tipos de parecer emitidos. Adiante, serão demonstrados os principais eventos relacionados ao nível de *disclosure*, dados das demonstrações contábeis, honorários e tipos de parecer.

Tabela 1 – Tipos de Parecer das Empresas de Auditoria 2011

EMPRESAS DE AUDITORIA	SEM RESSALVA	COM RESSALVA	ABSTENÇÃO DE OPINIÃO	ADVERSO	TOTAL	%
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes	5	0	0	0	5	15
Ernest & Young Auditores Independentes S/S	8	0	0	0	8	24
KPMG Auditores Independentes	6	0	0	0	6	18
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes	5	0	0	0	5	15
Empresas Não Big Four	7	3	0	0	10	29
TOTAL	31	3	0	0	34	100

Fonte: própria, 2014.

A Tabela 1 demonstra que as empresas de auditorias denominadas *Big Four* foram responsáveis por 71% das auditorias realizadas no ano de 2011. Verifica-se

que 34 empresas tiveram suas informações divulgadas no site da BM&F Bovespa, pois a *Altus Sistema de Automação S/A* começou a divulgar suas demonstrações a partir de 2012. Deste total, 31 empresas apresentaram parecer *sem ressalva* e 3 *com ressalva*, sendo que os pareceres *com ressalva* foram emitidos por empresas *Não Big Four*. O motivo das ressalvas não tem relação com o CPC 27.

Tabela 2 – Tipos de Parecer das Empresas de Auditoria 2012

EMPRESAS DE AUDITORIA	SEM RESSALVA	COM RESSALVA	ABSTENÇÃO DE OPINIÃO	ADVERSO	TOTAL	%
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes	4	0	0	0	4	11
Ernest & Young Auditores Independentes S/S	9	1	0	0	10	29
KPMG Auditores Independentes	6	0	0	0	6	17
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes	5	0	0	0	5	14
Empresas Não Big Four	7	2	1	0	10	29
TOTAL	31	3	1	0	35	100

Fonte: própria, 2014.

Em 2012, conforme a Tabela 2, a representatividade das firmas de auditoria *Big Four* no setor industrial manteve-se em 71%. Dos 35 pareceres emitidos, 31 foram *sem ressalva*, 3 foram *com ressalva* e apenas 1 com *abstenção de opinião*. De maneira que dos pareceres *com ressalva*, 2 foram de responsabilidade das empresas de auditoria *Não Big Four*, assim como o parecer com a *abstenção de opinião*. A origem das ressalvas e abstenção de opinião não se relaciona com o CPC 27.

Tabela 3 – Nível de Disclosure das Empresas do Setor Industrial

EMPRESAS DO SETOR INDUSTRIAL	2011				2012			
	APLICÁVEIS	EVIDENCIADOS	NÃO ATENDEM	ÍNDICE	APLICÁVEIS	EVIDENCIADOS	NÃO ATENDEM	ÍNDICE
Minasmaquinas	28	4	0	14%	28	4	0	14%
WLM Ind Com	30	7	1	23%	30	7	1	23%
Metafrio	32	11	0	34%	32	11	0	34%
Forjas Taurus	33	7	0	21%	33	7	0	21%
Electro Aço								
Altona	33	8	0	24%	33	7	0	21%
Metisa	30	11	0	37%	33	8	0	27%
Baumer	33	4	0	12%	33	4	0	12%
Bardella	30	9	0	30%	30	9	0	30%
Indus. Romi	30	9	0	30%	30	9	0	30%
Inepar	25	7	0	28%	25	7	0	28%
Nordon Met.	25	6	0	24%	25	5	0	20%
Lupatech	33	10	0	30%	33	10	0	30%
Schulz	33	11	2	33%	33	11	2	33%
Embraer	32	9	0	28%	32	9	0	28%
Cobrasma	33	5	1	15%	33	5	1	15%
Autometal	28	7	1	25%	28	6	1	21%
D H B	33	5	1	15%	33	5	1	15%
Fras-Le	28	11	1	39%	29	11	1	38%
Iochpe Maxion	28	12	0	43%	28	12	0	43%
Mahle-Metal	33	13	2	39%	33	13	2	39%
Marcopolo	33	11	0	33%	33	11	0	33%
Riosulense	33	11	0	33%	33	11	0	33%
Randon Part.	29	10	1	34%	29	10	1	34%
Recrusul	33	6	0	18%	33	5	0	15%
Tupy	33	12	0	36%	33	12	0	36%
Wetzel S/A	29	11	1	38%	29	8	1	28%
CSU Cardsyst	33	10	0	30%	33	9	1	27%
DTCOM – Direct	33	10	1	30%	33	10	1	30%

Mills	27	12	0	44%	27	12	0	44%
Valid	33	9	1	27%	33	9	1	27%

Fonte: própria, 2014.

A Tabela 3 apresenta os níveis de *disclosure* das empresas do setor industrial. Observa-se um nível de evidenciação baixo, visto que nenhuma empresa atingiu o índice se quer de 50%.

Tabela 4 – Dados das Demonstrações Contábeis das Empresas do Segmento de Comércio – Valores em R\$ Mil

EMPRESAS DO SEGMENTO DE COMÉRCIO	IMOBILIZADO		ATIVO TOTAL		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RESULTADO	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Material de Transporte								
Minasmaquinas	8.174	8.656	167.092	132.948	65.466	72.527	12.250	8.143
WLM Ind Com	6.979	6.617	484.902	522.645	464.510	491.965	38.154	34.612
TOTAL	15.153	15.273	651.994	655.593	529.976	564.492	50.404	42.755

Fonte: própria, 2014.

A *Minasmaquinas S.A.* apresentou o índice de *disclosure* de 14%, evidenciando somente os itens 1, 2, 3, e 15, nos dois anos pesquisados. A *WLM – Indústria e Comércio S.A.* divulgou os itens 1, 2, 4, 11, 15 e 19, sendo que o item 3, foi evidenciado, mas não atende ao CPC 27, atingindo um índice de 23%. Relacionando com a Tabela 4, observa-se que a *WLM – Indústria e Comércio S.A.* apresentou maior representatividade no ativo total, patrimônio líquido e resultado do exercício, o que se poderia pressupor um índice de *disclosure* mais elevado.

Tabela 5 – Salários do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Estatutária e Honorários da Auditoria das Empresas do Segmento de Comércio – Valores em R\$

EMPRESAS DO SEGMENTO DE COMÉRCIO	CONSELHO DE ANDMINISTRAÇÃO		CONSELHO FISCAL		DIRETORIA ESTATUTÁRIA		HONORÁRIOS DA AUDITORIA	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Material de Transporte								
Minasmaquinas	378.000	540.000	-	-	1.260.000	1.620.000	89.633	61.600
WLM Ind Com	4.129.363	4.735.130	281.392	438.465	5.008.054	5.296.505	290.000	230.000
TOTAL	4.507.363	5.275.130	281.392	438.465	6.268.054	6.916.505	379.633	291.600

Fonte: própria, 2014.

Paralelamente, analisamos o nível de *disclosure* com os salários pagos ao conselho de administração, conselho fiscal, diretoria estatutária e honorários da auditoria no segmento de Comércio, conforme Tabela 5. Com exceção dos honorários da auditoria, os salários aumentaram no exercício de 2012, apesar disso, houve uma redução nos resultados. Essas remunerações deveriam provocar uma qualidade no nível de *disclosure* mais situação não evidenciada e os pareceres foram emitidos sem ressalvas, caracterizando omissão pelos auditores.

Tabela 6 – Dados das Demonstrações Contábeis das Empresas do Segmento de Equipamentos Elétricos – Valores em R\$ Mil

EMPRESAS DO SEGMENTO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	IMOBILIZADO		ATIVO TOTAL		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RESULTADO	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Equipamentos Elétricos								
Metafrio	73.063	98.510	565.328	570.171	248.473	263.103	7.248	12.959
TOTAL	73.063	98.510	565.328	570.171	248.473	263.103	7.248	12.959

Fonte: própria, 2014.

No segmento de Equipamentos Elétricos, a *Metalfrio Solution S.A* divulgou os itens 1, 2, 3, 4, 5, 8, 11, 14, 15, 19 e 28, alcançando um índice de *disclosure* de 34%. Os constantes aumentos nos valores das demonstrações contábeis demonstradas na Tabela 6, poderiam ter originado um maior nível de evidenciação.

Tabela 7 – Salários do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Estatutária e Honorários da Auditoria das Empresas do Segmento de Equipamentos Elétricos – Valores em R\$

EMPRESAS DO SEGMENTO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		CONSELHO FISCAL		DIRETORIA ESTATUTÁRIA		HONORÁRIOS DA AUDITORIA	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Equipamentos Elétricos								
Metalfrio	1.008.000	793.200	-	127.500	5.409.846	3.425.426	944.000	1.005.000
TOTAL	1.008.000	793.200	-	127.500	5.409.846	3.425.426	944.000	1.005.000

Fonte: própria, 2014.

A Tabela 7 demonstra que houve um aumento no valor dos pagamentos referentes aos honorários da auditoria e uma redução nos salários do conselho de administração e diretoria estatutária, com exceção do conselho fiscal que não foi instalado em 2011. Apesar disso, os salários deveriam indicar índices mais altos. O parecer foi emitido *sem ressalva*, implicando em omissão pelos auditores.

Tabela 8 – Dados das Demonstrações Contábeis das Empresas do Segmento de Máquinas e Equipamentos – Valores em R\$ Mil

EMPRESAS DO SEGMENTO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	IMOBILIZADO		ATIVO TOTAL		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RESULTADO	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Armas e Munições								
Forjas Taurus	863.369	956.390	120.967	62.334	325.335	360.900	37.315	48.516
Máquinas e Equipamentos de Construção e Agrícolas								
Electro Aço Altona	161.175	167.964	238.009	254.190	55.440	63.144	8.698	7.704
Metisa	70.718.590	70.571.524	286.543.798	261.774.349	166.063.219	178.462.236	17.754.059	22.288.217
Máquinas e Equipamentos Hospitalares								
Baumer	14.842	17.616	80.196	92.261	47.603	55.850	7.537	9.149
Máquinas e Equipamentos Industriais								
Bardella	234.554	238.170	708.418	657.177	438.057	399.182	34.652	-25.184
Indus. Romi	263.407	223.907	1.764.582	1.527.322	677.776	635.527	3.568	-38.007
Inepar	158.357	161.554	2.153.845	2.662.126	615.165	529.154	-5.993	-76.148
Nordon Met.	9.711	9.307	25.125	25.154	-59.759	-67.345	-19.843	-7.586
Motores, Compressores e Outros								
Lupatech	131.341	114.132	1.214.117	1.039.026	-46.428	-192.798	-241.332	-560.699
Schulz	354.468	364.977	825.765	856.953	282.131	315.195	49.059	45.934
TOTAL	72.909.814	72.825.541	293.674.822	268.950.892	168.398.539	180.561.045	17.627.720	21.691.896

Fonte: própria, 2014.

A *Metisa Metalúrgica Timboense S.A.* alcançou um nível de *disclosure* de 37% em 2011, maior índice do período no segmento de Máquinas e Equipamentos, evidenciando os itens 1, 2, 3, 4, 5, 8, 11, 15, 16, 18 e 19. Porém, no exercício seguinte caiu para 27%, divulgando os itens 1, 2, 4, 5, 11, 16, 18 e 19. A *Schulz S.A.* obteve um nível de 33% nos dois exercícios analisados, divulgando em ambos os mesmo itens de números 1, 2, 3, 4, 5, 11, 14, 15, 16 e 19, sendo que os itens 22 e 23 foram evidenciados, mas de forma que não atendem ao CPC 27. O índice mais baixo do segmento foi apresentado pela *Baumer S.A.*, que atingiu 12% e divulgou somente os itens 1, 4, 11 e 19, nos anos de 2011 e 2012.

Conforme a Tabela 8, a *Metisa Metalúrgica Timboense S.A.* apresentou os maiores valores referentes ao ativo imobilizado, ativo total, patrimônio líquido e resultado do exercício, com aumento no exercício de 2012. Esses valores deveriam suscitar uma melhoria na qualidade do índice de evidenciação, o que não ocorreu, conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 9 – Salários do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Estatutária e Honorários da Auditoria das Empresas do Segmento de Máquinas e Equipamentos – Valores em R\$

EMPRESAS DO SEGMENTO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		CONSELHO FISCAL		DIRETORIA ESTATUTÁRIA		HONORÁRIOS DA AUDITORIA	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Armas e Munições								
Forjas Taurus	1.553.856	3.992.100	530.584	603.222	11.395.267	10.764.753	155.000	392.800
Máquinas e Equip. de Construção e Agrícolas								
Electro Aço Altona	2.200.000	2.400.000	200.000	200.000	1.600.000	1.900.000	120.000	123.000
Metisa	4.468.010	3.998.698	288.168	309.600	3.464.283	3.275.733	49.990	52.000
Máquinas e Equipamentos Hospitalares								
Baumer	1.110.969	1.250.000	-	-	-	-	51.829	52.882
Máquinas e Equipamentos Industriais								
Bardella	1.181.333	1.500.000	392.096	420.000	2.253.420	3.500.000	450.000	449.165
Indus. Romi	1.723.295	1.470.961	171.000	169.474	6.390.273	3.972.002	645.000	330.000
Inepar	56.650	105.131	152.000	168.000	1.805.822	458.567	51.619	235.583
Nordon Met.	34.960	40.960	-	-	12.720	15.360	21.690	26.760
Motores, Compressores e Outros								
Lupatech	1.412.000	1.701.000	260.400	183.204	3.225.970	4.143.682	1.005.597	650.739
Schulz	105.160	166.817	131.099	166.564	5.721.299	6.128.561	150.056	165.054
TOTAL	13.846.233	16.625.668	2.125.347	2.220.064	35.869.054	34.158.658	2.700.781	2.477.983

Fonte: própria, 2014.

Quanto aos salários, de acordo com a Tabela 9, a *Lupatech S.A.* pagou os maiores honorários aos auditores, porém apresentou resultados negativos no patrimônio líquido e resultado do exercício, no período analisado. A *Metisa Metalúrgica Timboense S.A.* foi a que apresentou melhor remuneração para o conselho de administração, conselho fiscal e diretoria estatutária, com aumento em 2012.

Essas remunerações implicariam em um melhor índice de evidenciação, diferentemente do que ocorreu. Todos os pareceres foram emitidos sem ressalvas, exceto o da *Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.* em 2011 e da *Baumer S.A.* em 2012, que obtiveram ressalvas, entretanto, os motivos não se relacionam com o CPC 27, indicando omissão pelos responsáveis pela auditoria.

Tabela 10 – Dados das Demonstrações Contábeis das Empresas do Segmento de Material de Transporte – Valores em R\$ Mil

EMPRESAS DO SEGMENTO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	IMOBILIZADO		ATIVO TOTAL		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RESULTADO	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Material Aeronáutico e de Defesa								
Embraer	1.024.703	1.317.867	14.393.791	16.841.908	5.641.331	6.658.692	156.297	697.792
Material Ferroviário								
Cobrasma	170.645	167.818	172.262	169.799	-3.967.501	-4.499.495	-497.902	-531.994
Material Rodoviário								
Autometal	145.380	83.610	1.958.842	1.918.005	1.128.718	1.139.502	183.975	157.496
D H B	9.951	9.732	41.125	11.918	-189.641	-307.193	35.832	-117.218
Fras-Le	261.699	275.602	717.288	788.332	350.218	368.033	44.036	24.739
Iochpe Maxion	794.301	807.949	1.881.590	1.793.443	918.620	913.038	223.436	66.864
Mahle-Metal	648.520	653.923	2.343.066	2.148.763	1.328.462	1.349.080	188.655	179.174

Marcopolo	157.903	190.584	2.494.392	2.387.855	1.166.188	1.299.925	342.303	295.985
Riosulense	119.747	118.783	194.917	182.120	22.006	6.457	-2.919	-15.549
Randon Part.	478.095	471.699	2.457.503	2.667.655	1.354.272	1.369.496	269.562	42.562
Recrusul	29.893	29.301	81.420	97.634	- 8.819	5.685	-33.557	-12.490
Tupy	1.130.116	1.211.133	3.409.365	3.514.323	1.096.631	1.185.855	203.384	66.357
Wetzel S/A	102.632	90.635	191.097	193.423	535	-14.353	-927	-14.919
TOTAL	5.073.585	5.428.636	30.336.658	32.715.178	8.841.020	9.474.722	1.112.175	838.799

Fonte: própria, 2014.

No segmento de Material de Transporte, conforme Tabela 3, o nível de *disclosure* mais alto foi obtido pela *lochpe Maxion S.A*, 43%, divulgando os itens 1, 2, 3, 4, 5, 7, 11, 14, 15, 16, 19 e 25. A *Cobrasma S.A* e a *DHB Indústria e Comércio S.A* atingiram o índice de evidenciação de 15%, o mais baixo do segmento. Ambas divulgaram nos dois exercícios pesquisados os mesmos itens de números 1, 2, 4, 11 e 19. Da mesma forma, o item 3 foi evidenciado por estas duas empresas, mas não atende ao CPC 27.

De acordo com a Tabela 10, os itens das demonstrações contábeis que apresentaram valores mais elevados foram os da *Embraer S.A*, que alcançou o índice de evidenciação de 28% nos exercícios de 2011 e 2012, divulgando os itens 1, 2, 3, 4, 5, 11, 14, 18 e 19. Os valores das demonstrações deveriam ocasionar, nestas empresas, uma qualidade diferenciada no nível de *disclosure*.

Tabela 11 – Salários do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Estatutária e Honorários da Auditoria das Empresas do Segmento de Material de Transporte – Valores em R\$

EMPRESAS DO SEGMENTO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		CONSELHO FISCAL		DIRETORIA ESTATUTÁRIA		HONORÁRIOS DA AUDITORIA	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Material Aeronáutico e de Defesa								
Embraer	8.851.000	8.516.000	875.000	877.000	32.727.000	35.184.000	6.636.600	5.249.200
Material Ferroviário								
Cobrasma	-	-	-	-	-	-	27.000	27.000
Material Rodoviário								
Autometal	-	-	-	-	4.321.585	7.942.351	-	1.147.370
D H B	243.198	252.000	-	-	1.060.480	1.100.544	287.000	290.000
Fras-Le	1.158.912	1.159.591	234.101	234.707	4.193.467	2.678.937	409.000	372.000
lochpe Maxion	3.491.537	3.994.547	47.827	-	6.402.655	2.887.931	1.211.246	3.288.750
Mahle-Metal	590.400	591.866	561.600	543.713	3.480.605	3.673.829	760.400	765.000
Marcopolo	12.788.794	11.630.953	504.000	540.000	7.782.338	8.084.459	4.733	793.000
Riosulense	1.100.088	1.175.476	-	-	1.396.390	1.528.496	139.595	157.981
Randon Part.	4.580.476	3.808.204	237.672	385.702	7.520.314	5.625.347	1.476.000	1.746.000
Recrusul	38.600	8.100	33.300	-	856.200	733.600	57.240	57.600
Tupy	800.000	864.000	286.253	291.600	4.932.720	4.445.822	572.515	651.459
Wetzel S/A	239.660	260.000	134.038	146.000	2.175.328	1.777.000	72.000	100.543
TOTAL	33.882.665	32.260.737	2.913.790	3.018.721	76.849.083	75.662.315	11.653.329	14.645.903

Fonte: própria, 2014.

A empresa que apresentou os melhores salários no período analisado foi a *Embraer S.A*, consoante Tabela 11, o que justificaria um melhor nível de transparência.

A *Cobrasma S.A* destaca-se por ser a única empresa que pagou apenas os honorários da auditoria. As remunerações do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria estatutária estão suspensas desde 1998, quando da paralisação das suas atividades operacionais. Esta empresa, no exercício de 2012, teve o

parecer sobre suas demonstrações contábeis emitido com *abstenção de opinião*. As demais empresas tiveram os pareceres sobre seus relatórios emitidos sem ressalvas, apontando omissão pelos auditores independentes a respeito dos itens de divulgação obrigatórios descritos no CPC 27.

Tabela 12 – Dados das Demonstrações Contábeis das Empresas do Segmento de Serviços – Valores em R\$

EMPRESAS DO SEGMENTO DE SERVIÇOS	IMOBILIZADO		ATIVO TOTAL		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RESULTADO	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Serviços Diversos								
CSU Cardsyst	44.505	36.626	330.937	337.259	151.064	161.317	22.646	22.195
DTCOM – Direct	8.517	7.947	15.861	15.702	4.651	4.828	-1.393	5
Mills	872.886	1.003.347	1.280.619	1.664.061	736.140	859.326	92.177	151.516
Valid	172.252	199.951	825.826	883.081	503.310	512.449	111.820	102.829
TOTAL	1.098.160	1.247.871	2.453.243	2.900.103	1.395.165	1.537.920	225.250	276.545

Fonte: própria, 2014.

A empresa *Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.* obteve o nível de *disclosure* de 44%, o mais alto do segmento de Serviços, bem como de todo o setor industrial. A empresa divulgou os itens 1, 2, 3, 4, 5, 7, 11, 14, 15, 16, 18 e 19, nos dois exercícios.

O índice mais baixo do segmento foi de 27% alcançado pela empresa *Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.* Esta evidenciou os itens 1, 2, 4, 5, 11, 14, 15, 19 e 25, já que o item 3 foi evidenciado, mas não atende ao CPC em estudo.

Em relação aos valores de ativo imobilizado, ativo total, patrimônio líquido e resultado do exercício, expostos na Tabela 12, a empresa *Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.* apresentou os melhores resultados, seguido pelos da *Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.*, o que deveriam indicar uma melhor qualidade no nível de transparência das demonstrações.

Tabela 13 – Salários do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Estatutária e Honorários da Auditoria das Empresas do Segmento de Serviços – Valores em R\$ Mil

EMPRESAS DO SEGMENTO DE SERVIÇOS	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		CONSELHO FISCAL		DIRETORIA ESTATUTÁRIA		HONORÁRIOS DA AUDITORIA	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
CSU Cardsyst	733.824	672.281	259.878	271.650	4.728.943	4.464.708	-	357.600
DTCOM – Direct	-	-	-	-	553.067	442.000	666.250	380.000
Mills	1.300.754	1.456.401	144.000	224.640	6.126.759	7.096.263	-	357.600
Valid	616.000	604.080	-	-	7.729.455	10.661.085	666.250	380.000
TOTAL	2.650.578	2.732.762	403.878	496.290	19.138.224	22.664.056	1.332.500	1.475.200

Fonte: própria, 2014.

Em consonância com a Tabela 13, os melhores valores de salários pagos foram apresentados pela *Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.* Em seguida foram os da empresa *CSU Cardsystem S.A.*, que obteve o índice de evidenciação de 30% no exercício de 2011, mas que regrediu para 27% em 2012.

Pela representatividade dos valores dos salários e honorários da auditoria, estas empresas deveriam apresentar um índice de *disclosure* mais elevado. Os pareceres sobre as demonstrações contábeis das empresas deste segmento foram emitidos sem ressalvas, o que pressupõe omissão pelos auditores referentes aos itens de divulgação obrigatórios do CPC 27.

Os itens 26 a 33 praticamente não foram divulgados pelas empresas, com exceção da *Metalfrio Solution S.A* que, como mostrado anteriormente, evidenciou o item 28, da *Mahle-Metal Leve S.A.* que divulgou o item 30 e o 29, mas este último não atente ao CPC apreciado, e a *DTCOM - Direct To Company S.A.* que evidenciou o item 31, apenas no exercício de 2012.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar se as empresas do setor industrial estão divulgando em seus relatórios os itens obrigatórios contidos no CPC 27, relacionados ao imobilizado, bem como a qualidade da opinião emitida pelos auditores independentes em seus pareceres, baseando-se no nível de *disclosure*.

A informação contábil é uma ferramenta de fundamental importância para a tomada de decisões por seus usuários, portanto é imprescindível que apresente qualidade elevada. As demonstrações contábeis e notas explicativas devem exibir suas informações de forma clara, sem distorções, em tempo hábil e em conformidade com os princípios e normas vigentes.

O estudo aponta que as empresas não divulgaram todos os itens obrigatórios contidos no CPC 27. Nenhuma empresa conseguiu atingir o índice de *disclosure* de 50%, considerado baixo. Os auditores não relataram a falta da divulgação destes itens em seus relatórios. Assim, com base na análise dos relatórios contábeis das empresas do setor industrial e dos pareceres dos auditores independentes, pode-se afirmar que não existe qualidade uniforme na opinião emitida nos relatórios de auditoria independente, apoiando-se no critério de técnico de julgamento, referente à adoção adequada ao CPC 27.

A pesquisa examinou as demonstrações contábeis e os relatórios dos auditores independentes, divulgados no site da BM&F Bovespa, e as diretrizes contidas no CPC em estudo. O acesso a outras fontes de informações, como os

papéis de trabalho dos auditores e outros documentos complementares, poderia confirmar as evidências encontradas.

Nota-se, que estudos sobre a qualidade da auditoria nas demonstrações contábeis das empresas industriais ainda são escassos. Logo, esta pesquisa colabora com a literatura contábil e com as empresas, para que estas aprimorem o registro e a divulgação dos eventos pertinentes ao imobilizado, assim como, possa despertar o interesse para novos estudos sobre o tema, utilizando-se de outros pontos de vista, segmentos de mercado ou critérios de avaliação.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **CPC nº 27**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=37>> Acesso em: 29 jan. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade: NBC TA – de auditoria independente: NBC TA estrutura conceitual, NBC TA 200 a 810**. Brasília. 2012. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/NBC_TA_AUDITORIA.pdf> Acesso em: 24 jun. 2014

COSTA, Magda; MOREIRA, José Antônio C. **A Experiência do Auditor como Determinante da Qualidade da Auditoria: uma análise para o caso português**. Contabilidade e Gestão, Portugal, n. 9, p. 09-47, 2010. Disponível em: <http://www.otoc.pt/fotos/editor2/contag09_web.pdf#page=8> Acesso em: 17 abr. 2014.

DANTAS, José Alves. **Auditoria em Instituições Financeiras: Determinantes de Qualidade no Mercado Brasileiro**. 2012. 172 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília (UnB). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE). Programa Multinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN. Brasília, 2012, p.10. Disponível em: <http://www.cca.unb.br/images/teses_dout/dout_tese_007.pdf> Acesso em: 24 jun. 2014

DORNELLES, Daniel dos Santos. **CPC 27: Os Reflexos do Novo Tratamento Contábil dos Investimentos em Ativo Imobilizado**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/34993>> Acesso em: 13 abr. 2014.

FIRMINO, José Emerson; DAMASCENA, Luzivalda Gudes; PAULO, Edilson. **Qualidade da Auditoria no Brasil: Um Estudo sobre a Atuação das Auditorias Independentes Denominadas Big For**. Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 5, n. 3, p. 40-50, 2010. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrj/article/viewFile/843/831>> Acesso em: 13 abr. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elabora Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil em números**. v. 21, Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn_2013_v21.pdf> Acesso em: 26 abr. 2014.

SANTOS, Naiara Leite dos, et al. **Avaliação dos Analistas de Mercado Sobre a Relevância dos Trabalhos dos Auditores Independentes na Análise Financeira das Sociedades Anônimas (S.A) de Capital Aberto**. Revista Eletrônica de Administração (Online) ISSN: 1679-9127, v. 12, n.1, ed. 22, jan-jun 2013, p. 33. Disponível em: <<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea/article/view/504/531>> Acesso em: 28 abr. 2014

VELOZO, Erica Jann, et al. **Concentração de Firms de Auditoria: Atuação das Big Four no Cenário Empresarial Brasileiro**. Pensar Contábil, v. 15, n. 58, p. 55-61, 2013. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/24235/concentracao-de-firmas-de-auditoria--atuacao-das-big-four-no-cenario-empresarial-brasileiro/i/pt-br>> Acesso em: 06 abr. 2014.